

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.277.956 - SC (2018/0087145-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : ELYANNI MARINHO DE SOUSA SANTOS - ESPÓLIO
REPR. POR : MARIA DA GLORIA MARINHO DE SOUSA SANTOS -
INVENTARIANTE
ADVOGADOS : ADIL REBELO JÚNIOR - SC004704
ISRAEL REMZETTI RÉGIS REIS - SC018923
REUBEM LUIZ MOREIRA FARIA - RJ111490
AGRAVADO : LUIZ MARIO BRATTI
ADVOGADO : LUIZ MÁRIO BRATTI (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTRO -
SC003971

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC), interposto por **ELYANNI MARINHO DE SOUSA SANTOS - ESPÓLIO**, contra decisão de fls. 1.180/1.182, e-STJ, que negou o processamento do recurso especial.

O apelo extremo manejado com fundamento no art. 105, III, "a" e "c" da CF/1988, desafia acórdão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, assim ementado (fl. 1.094, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. ARBITRAMENTO E COBRANÇA DE HONORÁRIOS. AUSÊNCIA DE ESTIPULAÇÃO EM CONTRATO. ARBITRAMENTO JUDICIAL CABÍVEL. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. RECURSO DO AUTOR. PRETENDIDA MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. POSSIBILIDADE. QUANTIA FIXADA NA ORIGEM NÃO CONDIZENTE COM O TRABALHO REALIZADO. FIXAÇÃO QUE NÃO SE VINCULA AOS PARÂMETROS DA TABELA DA SECCIONAL DA OAB. ARBITRAMENTO QUE DEVE SER REALIZADO EM OBSERVÂNCIA AO § 2º DO ART. 85 DO CPC/15. PEDIDO DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS. MATÉRIA FARTAMENTE ANALISADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

O magistrado deve fixar honorários com base na equidade, balizado em aspectos objetivos e, aliado ao dever de remunerar condignamente o causídico patrocinante, vedando-se a cominação de verba advocatícia ínfima, bem como, excessiva.

O prequestionamento resta evidenciado quando a matéria é sobejamente debatida, não merecendo acolhida a alegação relativa à apresentação de listagem de artigos legais ou constitucionais.

Os embargos de declaração opostos pela recorrente (fls. 1.104/1.110, e-STJ) foram rejeitados conforme o acórdão de fl. 1.129, e-STJ.

Nas razões do recurso especial (fls. 1.138-1.149, STJ), a insurgente aponta violação aos artigos 104, 111, 112, 113, 114, 421, 422, 425 do Código Civil de 2002, bem como divergência jurisprudencial.

O recorrido apresentou contrarrazões. (fl. 1.174/1.178, e-STJ).

Em juízo provisório de admissibilidade (fls. 1.180/1.182, e-STJ), negou-se o

Superior Tribunal de Justiça

processamento do recurso especial pela incidência das Súmulas 7 e 211 do STJ , 282 e 356/STF .

Daí o presente agravo, com o objetivo de destrancar a insurgência, em que ataca os fundamentos da decisão de admissibilidade e insiste nas alegações já aduzidas no recurso especial.

Contraminuta às fls. 1.218/1.226, e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo não merece prosperar.

1. No tocante à alegada violação dos artigos 104, 111, 112, 113, 114, o óbice da súmula 211/STJ deve ser mantido.

Com efeito, o prequestionamento, entendido como a necessidade de o tema objeto do recurso haver sido examinado pela decisão atacada, constitui exigência inafastável contida na própria previsão constitucional, ao tratar do recurso especial, impondo-se como um dos principais pressupostos ao seu conhecimento.

É de salientar que não basta à parte discorrer sobre o dispositivo legal que entende afrontado. Não examinada pela instância ordinária a matéria objeto do especial – apesar de opostos os embargos declaratórios pelo agravante –, incide, à espécie, o óbice disposto na Súmula 211/STJ.

Ademais, em suas razões recursais, **o agravante não alegou ofensa do art. 1.022 do CPC/15**, medida absolutamente necessária ao enfrentamento de possível negativa de prestação jurisdicional por esta Corte Superior.

Nesse sentido, confira-se a orientação dos seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. 1. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DO EFEITO SUSPENSIVO PLEITEADO. 2. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CONFIGURADA. 3. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 DO STF E 211 DO STJ. 4. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. PEDIDO REALIZADO NO CURSO DA DEMANDA. DEFERIMENTO QUE NÃO POSSUI EFEITO RETROATIVO. 5. AGRAVO IMPROVIDO. (...)

3.1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, "a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 4/4/2017, DJe 10/4/2017).

(...)

(AgInt no AREsp 1373321/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/03/2019, DJe 28/03/2019). Grifou-se.

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO FICTO PREVISTO NO ART. 1.025 DO CPC/2015. NECESSIDADE DE SE APONTAR

VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. SÚMULA N. 283/STF. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO ESPECÍFICA DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL EVENTUALMENTE VIOLADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. REVOLVIMENTO DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Não se extrai do acórdão recorrido pronunciamento a respeito da controvérsia apoiada na normatividade dos dispositivos mencionados e supostamente violados, nem houve a indicação, nas razões do especial, de violação ao art. 1.022 do Código de Processo Civil, o que impede o conhecimento do apelo especial. Incidência dos enunciados previstos nas Súmulas 282 e 356 do STF.

2. O Superior Tribunal de Justiça, ao interpretar o art. 1.025 do Código de Processo Civil fixou o entendimento no sentido de não reconhecer o prequestionamento pela simples oposição de embargos de declaração, de modo que, persistindo a omissão, é necessário interpor recurso especial por afronta ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.

(...)

(AgInt no AREsp 1117302/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 18/12/2018). Grifou-se.

2. O recorrente insurge-se, ainda, quanto aos valores fixados na ação de arbitramento de honorários.

No ponto, o Tribunal local se pronunciou nos seguintes termos:

Os honorários contratuais e os arbitrados possuem a mesma finalidade remuneratória, em contrapartida, o arbitramento judicial de honorários ocorre nas hipóteses em que ausente pactuação ou acordo entre as partes, em remuneração compatível com o trabalho e valor econômico do objeto da contratação, ao passo que os honorários sucumbenciais são aqueles devidos pela parte adversa vencida.

Na espécie, não há contrato previamente estabelecido entre o autor e Elyanni Marinho de Souza. Não se descuida que na procuração outorgada ao advogado ora recorrente para patrocinar a causa, constava a seguinte informação:

obrigando-se (s) outorgante(s), à falta de expressa estipulação de forma diversa, a pagar aos outorgados os honorários profissionais previstos na tabela da Ordem dos Advogados do Brasil Seção de Santa Catarina, independentemente da sucumbência, cujos honorários caberão única e exclusivamente aos outorgados, nos termos dos artigos 22 e seguintes da Lei n. 8.906/94 (fl. 105, dos autos).

Todavia, a referida informação prevista na procuração não cuida de estipulação contratual. Pode-se afirmar que se trata de mera segurança do profissional que irá prestar seus serviços na área da advocacia, para que não seja remunerado em valor inferior ao previsto na tabela da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Santa Catarina.

3 Insurge-se o apelante contra a decisão de primeiro grau que fixou os honorários advocatícios em seu favor em R\$ 2.252,36 (dois mil e duzentos e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos). Alega que o valor arbitrado

Superior Tribunal de Justiça

pelo Magistrado a quo não corresponde a uma justa remuneração pelo trabalho prestado, merecendo ser majorado. (fls. 1.097/1.098, e-STJ).

(...)

Com efeito, nos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito, que a Fazenda Pública não figurar como parte, a verba honorária será fixada consoante apreciação equitativa do juiz, atendidos os limites e critérios previstos no § 2º, o qual determina o arbitramento entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, sopesados o grau de zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo causídico e o tempo exigido para o seu exercício.

A título elucidativo, colaciona-se o seguinte excerto jurisprudencial do STJ:

Nas causas em que não houver condenação como no particular os honorários advocatícios devem ser arbitrados de forma equitativa pelo julgador, não ficando adstritos aos limites estabelecidos no § 3º do art 20 do CPC/73 Nossas hipóteses. não há impedimento para que a fixação da verba honorária ocorra em percentual sobre o valor da causa (REsp 1645567/MS, Rel. Ministra Nancy Andrighi, j. 16.2.2017).

Dúvidas inexistem de que o magistrado possui o dever de fixar honorários com base na equidade, balizado em aspectos objetivos e aliado ao dever de remunerar condignamente o causídico patrocinante, vedando-se a cominação de verba advocatícia a ínfima, bem como excessiva.

Frise-se que os honorários, em casos tais, como já exposto, são fixados de acordo com o prudente arbítrio do juiz, pelo que lhe é facultado fixar a verba honorária aquém ou além daquele percentual estabelecido no § 2º do artigo 85 do Código de Processo Civil.

Depreende-se dos autos que o autor cuidou de defesa da Sra Eiyanni Marinho de Souza Santos, na Ação de Interdição n. 023.08.062613-3, perante a 2ª Vara da Família da Comarca da Capital, e que para realizar a sua defesa, a interditanda contratou o demandante, que além de acompanhá-la em audiência preliminar, de apresentar contestação, petições, quesitos a serem respondidos pelo perito judicial e impugnação da valor da causa, arguiu a incompetência daquele Juízo, na qual os fundamentos expostos pela defesa foram acolhidos, com a remessa dos autos para a Vara da Família, no Fórum Regional do Estreito

Convém frisar que não se deve considerar apenas a complexidade da demanda e os atos praticados pelo causídico, mas, também, as despesas com impostos, material de expediente, luz, telefone e entre outras.

Feitas estas considerações, entende-se plausível o pedido de aumento da verba honorária, uma vez que, de fato, o valor de R\$ 2.252,36 mostra-se irrisório frente ao labor exercido pelo advogado.

Nesse contexto, seguindo-se os parâmetros fornecidos pelo artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil, mostra-se razoável, na hipótese, a fixação da verba honorária em R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). (fls. 1.098/1.100, e-STJ).

Como se vê, o acórdão recorrido amolda-se ao entendimento desta Corte segundo o qual na falta de estipulação ou de acordo, os honorários são fixados por arbitramento judicial, devendo ser proporcionais aos serviços prestados, bem como ser fixados em remuneração compatível com o trabalho desenvolvido e a responsabilidade do advogado na causa, **não possuindo a tabela da OAB força vinculativa para o julgador, servindo de mero indicador.** Incide, no ponto, o teor da Súmula 83/STJ.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido, confira-se:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. Os advogados que tiverem prestado serviço profissional possuem direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência. **Na ausência de estipulação ou de acordo, os honorários serão fixados por arbitramento judicial, em remuneração compatível com o trabalho desenvolvido e o valor econômico da causa.** Precedentes.
2. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 829.402/PB, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 09/03/2018). Grifou-se.

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. LEI 8.906/94. HONORÁRIOS CONTRATUAIS. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. SÚMULAS 283 E 284/STF.

1. **Necessidade de fixar o valor dos honorários contratuais em montante compatível com o trabalho realizado, o grau de zelo do profissional e o valor econômico em questão, devendo, sempre que possível, serem observados os valores constantes da tabela de honorários da Seccional da OAB a que alude o art. 22, § 2º, da Lei n. 8.906/1994.**

(...)

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 936.730/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/04/2017, DJe 02/05/2017). Grifou-se.

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ARBITRAMENTO POR EQUIDADE. CRITÉRIO A SER OBSERVADO EM CONJUNTO COM OUTROS PARÂMETROS LEGAIS. INEXISTÊNCIA DE VINCULAÇÃO OBRIGATÓRIA A REGRA DO ART. 20, § 4º, DO CPC/73. REDIMENSIONAMENTO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULAS NºS 7 E 83, AMBAS DO STJ. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

(...)

5. **Esta Corte possui entendimento de que a tabela da OAB não possui força vinculativa para o julgador, servindo de mero indicativo.**

6. Não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente agravo interno não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus próprios termos.

7. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 611.183/SC, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/12/2016, DJe 15/12/2016). Grifou-se.

Na hipótese dos autos, o Tribunal local, ponderando o grau de zelo do advogado, o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho

Superior Tribunal de Justiça

realizado pelo causídico e o tempo exigido para seus serviços, arbitrou o valor de R\$ 25.000,00 (fl. 1.100, e-STJ), montante que não se mostra ínfimo ou exorbitante. A modificação de tais premissas, portanto, requer o reexame de elementos fáticos e probatórios dos autos, o que é inviável em recurso especial, a teor da Súmula 7 do STJ. Precedentes:

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ÔNUS PROBATÓRIO. ALEGAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. PRINCÍPIO DA PERSUASÃO RACIONAL DO JUÍZO DE ORIGEM. **REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. VALOR DOS HONORÁRIOS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSÁRIO REVOLVIMENTO FÁTICO PROBATÓRIO EM AMBOS OS CASOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 07/STJ.** AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (AgInt no REsp 1539509/DF, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 12/06/2018). Grifou-se.

Registre-se que, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula 7 do STJ é óbice também para a análise do dissídio jurisprudencial, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea c do permissivo constitucional.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE DESPEJO. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTRATO VERBAL DE LOCAÇÃO. NÃO COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. AGRAVO IMPROVIDO.

(...)

2. A incidência da Súmula 7 do STJ é óbice também para a análise do dissídio jurisprudencial, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea c do permissivo constitucional. Precedentes.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 834.644/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 12/04/2016)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO. SÚMULA 7 DO STJ.

1. Ação de indenização por danos materiais e morais.

2. O reexame de fatos e provas não é possível na via especial, devido ao óbice da Súmula 7 desta Corte.

3. A incidência da Súmula 7 do STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido.

4. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.

(AgInt no AREsp 1423333/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/04/2019, DJe 02/05/2019)

3. Do exposto, com fulcro no artigo 932 do CPC/2015 c/c a Súmula

Superior Tribunal de Justiça

568/STJ, **nego provimento** ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

